

SOBRE AS PROIBIÇÕES DE PROVA EM PROCESSO PENAL

Autor: Manuel da Costa Andrade

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	7
SIGLAS E ABREVIATURAS	9
INTRODUÇÃO. AS FONTES	11

CAPÍTULO I

DESCONTINUIDADES E ASSIMETRIAS DA LEI E DESENCONTROS DA DOCTRINA E DA JURISPRUDÊNCIA

§ 1. Complexidade e insegurança	19
§ 2. Assimetrias entre lei constitucional e ordinária	27
§ 3. Incongruências entre o direito penal substantivo e o direito processual penal	40
§ 4. Descontinuidades no interior do ordenamento processual penal	55
§ 5. Velhas e novas antinomias das proibições de prova	66

CAPÍTULO II

REDUÇÃO CONCEITUAL E METODOLÓGICA.

O PARADIGMA ASSENTE NA PROIBIÇÃO DE VALORAÇÃO

§ 6. Redução conceitual e temática	81
§ 7. Proibições de valoração. O paradigma e as «teorias»	90
§ 8. Tensão centrífuga e orientação para o caso concreto	114

CAPÍTULO III

HORIZONTE POLÍTICO-CRIMINAL E NORMATIVO DAS PROIBIÇÕES DE PROVA

§ 9. Fundamentos político-criminais e axiológico-teleológicos	117
§ 10. Liberdade de declaração e depoimento - <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i>	120

CAPÍTULO IV

O DIREITO PORTUGUÊS FACE AOS MODELOS AMERICANO E ALEMÃO

§ 11. A experiência americana (<i>exclusionary rules</i>) e germânica (<i>Beweisverbote</i>); dois modelos de compreensão normativa, doutrinal e pragmática	133
§ 12. Implicações prático-jurídicas. I. Diários pessoais, liberdade de declaração e provas obtidas por particulares	146
§ 13. Implicações prático-jurídicas. II. «Testemunhas-de-ouvir-dizer» e «efeito-à-distância»	159
§ 14. Elementos de convergência e comunicabilidade	182
§ 15. O sistema português das proibições de prova entre os modelos alemão e americano: linhas de continuidade e momentos de singularidade	188

CAPÍTULO V

DAS PROIBIÇÕES DE PROVA, EM ESPECIAL

§ 16. Métodos proibidos de prova (art.º 126.º CPP). «Homens de confiança» e meios enganosos	209
A) Caracterização geral: um regime axiológica e normativamente diferenciado	209
B) Os «homens de confiança»	219
C) Sobre os «meios enganosos», em geral	233
§ 17. Reproduções mecânicas (art.º 167.º CPP): gravações e fotografias ilícitas	237
A) Caracterização geral	237
B) Gravações ilícitas	242
C) Fotografias ilícitas	262
§ 18. Escutas telefónicas e «conhecimentos fortuitos». «Efeito-à-distância»	272
A) Caracterização geral: relevo prático e significado axiológico-normativo das escutas telefónicas	272

B) Regime legal. O defensor e os demais portadores privilegiados de segredo e confiança	286
C) Os «conhecimentos fortuitos»	304
D) Sobre o «efeito-à-distância»	312
BIBLIOGRAFIA	319
ÍNDICES	
Índice de Assuntos	333
Índice Geral.	341